

Recebido em 15 de Abril de 2021 Aceito em 09 de Maio de 2021 e-mail para contato: carlos_stavizki@hotmail.com

Educação no Campo e a Produção de Alimentos: a experiência da Feira Pedagógica desenvolvida na Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul/RS (Efasc)

Educación en el Campo y la Producción de Alimentos: La experiencia de la Feria Pedagógica desarrollada en la Escuela Familiar Agrícola de Santa Cruz do Sul/RS (Efasc)

Carlos Stavizki Junior

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil
<http://orcid.org/0000-0003-3358-3380>

João Paulo Reis Costa

Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-1346-3840>

Antonio Carlos Gomes

Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-2134-1923>

Wandoir Sehn

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-2864-9904>

Resumo: Este estudo relata a experiência da Feira Pedagógica desenvolvida pela Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC), e suas contribuições para a formação de jovens agricultores através da produção e comercialização de alimentos agroecológicos. Apresenta-se uma análise de contexto sobre o território de influência da EFASC e o processo de criação da Feira Pedagógica. Analisa-se o impacto da experiência no processo de formação dos estudantes e na promoção de formas alternativas de educação no campo. Constata-se que a Feira Pedagógica é uma experiência exitosa no processo de educação de jovens agricultores e na qualificação dos processos de produção e comercialização de alimentos orgânicos e agroecológicos em municípios da região do Vale do Rio Pardo.

Palavras-chave: Feira Pedagógica; Educação no Campo; Rural; Desenvolvimento Regional.

Resumen: Este estudio relata la experiencia de la Feria Pedagógica desarrollada por la Escuela Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC), y sus contribuciones a la formación de jóvenes agricultores a través de la producción y comercialización de alimentos agroecológicos. Se presenta un análisis del contexto sobre el territorio de influencia de la EFASC y el proceso de creación de la Feria Pedagógica. Se analiza el impacto de la experiencia en el proceso de formación de los estudiantes y en la promoción

de formas alternativas de educación en el campo. Se comprueba que la Feria Pedagógica es una experiencia exitosa en el proceso de formación de jóvenes agricultores y en la cualificación de los procesos de producción y comercialización de alimentos orgánicos y agroecológicos en municipios de la región del Vale do Rio Pardo.

Palabras clave: Feria Pedagógica; Educación Rural; Rural; Desarrollo Regional.

Introdução

Os desafios para a Educação no Campo são complexos e em grande medida desafiam a lógica do sistema econômico hegemônico na maioria dos países Latino-americanos, inclusive o Brasil. A histórica relação de exploração das terras produtivas do país e a formação de uma burguesia agrária nacional, introduziram o modelo de produção capitalista nas propriedades rurais, a fim de aumentar a produtividade do trabalho e extrair maiores lucros com a agricultura. Entretanto, este processo criou barreiras ao desenvolvimento de cadeias produtivas de menor escala, ou que não baseassem seu desenvolvimento aos interesses do capital, a exemplo da produção de alimentos pela agricultura familiar camponesa (PETERSEN, 2013). Além disso, com o avanço dos mercados de *commodities* no país, as terras disponíveis para a produção de alimentos passaram a ser disputadas pelos grandes latifundiários e conglomerados internacionais, acarretando uma maior exploração das terras e da mão-de-obra no campo.

Esta disputa territorial no Brasil é histórica, tendo iniciado ainda no período colonial (Séc. XVII) e estendendo-se até os dias atuais, porém, hoje com destaque para as tecnologias e as novas dinâmicas produtivas que comandam os interesses do grande capital nas atividades agropecuárias. Neste processo, os trabalhadores do campo são obrigados a adaptarem constantemente seus processos de trabalho, devido às exigências competitivas implementadas pelas novas tecnologias agrárias e ao apetite, cada vez mais voraz, dos Latifundiários, da Elite Financeira e da Burguesia Internacional. Diante disso, o pequeno agricultor, proprietário ou não de suas terras, e as propriedades da agricultura familiar camponesa, acabam assumindo funções alienantes dentro da produção agrícola, condicionando o produto de seu trabalho e da terra, muitas vezes aos interesses capitalistas, inclusive à especulação do mercado financeiro.

Neste contexto, a Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC) cumpre uma função determinante na correlação de forças em disputa, assumindo a tarefa de formação de jovens agricultores e mobilização da Educação no Campo. Através de metodologias inovadoras, que aliam estudo, trabalho e pesquisa, a EFASC enfrenta as contradições do capitalismo no meio rural, a partir da própria experiência de seus estudantes e familiares. Ademais, a Escola tem como objetivo oportunizar aos jovens o desenvolvimento de projetos

alternativos de produção em suas propriedades, estimulando e instrumentalizando iniciativas que valorizem a produção sustentável e o desenvolvimento regional (COSTA, 2019).

Este trabalho visa apresentar uma destas experiências — a “Feira Pedagógica EFASC” — destacando suas principais características e potencialidades para a educação no campo. Este projeto começa ser construído em 2014 como uma iniciativa de promoção de uma alimentação saudável e ecológica para a comunidade escolar, numa necessidade dos estudantes da EFASC de praticarem a comercialização, exercitando desde o planejamento produtivo, a apresentação dos alimentos aos clientes, a precificação destes e por fim, a comercialização final. Inicialmente atendendo apenas pessoas da comunidade vizinha à escola, com o passar do tempo, outras formas de comercialização foram sendo experimentadas, como um grupo de whatsapp para encomendas com entrega em pontos pré-definidos com os clientes (a maioria funcionários e professores da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC), até a criação do Grupo de Produção Feira Pedagógica, que se formou em setembro de 2020, justamente em função da paralização causada pela Pandemia de COVID-19.

O estudo está organizado em cinco partes, sendo esta introdução a primeira delas. A segunda parte apresenta o município de Santa Cruz do Sul a partir de elementos extraídos empiricamente sobre a produção de alimentos na região. Destaca-se a predominância da produção de Fumo nas propriedades de agricultura familiar e na influência da indústria fumageira na organização da produção agrícola no território. Em seguida apresenta-se uma síntese sobre o modelo de ensino das Escolas Família Agrícola (EFA's) e da estratégia de formação através das Feiras Pedagógicas. Na quarta parte, analisa-se os dados sobre o comércio de alimentos orgânicos no município, destacando a experiência da Feira Pedagógica da EFASC. Por fim, apresenta-se as considerações finais do estudo, com comentários sobre as repercussões da pandemia de Covid-19 nas estratégias de Educação no Campo.

O contexto do município de Santa Cruz do Sul e as determinações relacionadas à produção de alimentos no meio rural.

O município de Santa Cruz do Sul está localizado na região do Vale do Rio Pardo, no estado do Rio Grande do Sul, sendo atualmente a principal economia da região. Trata-se de um município de médio porte, com aproximadamente 130.000 habitantes (IBGE, 2020) e uma economia majoritariamente baseada na produção agrícola de tabaco. Santa Cruz do Sul possui um dos maiores complexos industriais de fumo do Brasil e do mundo, com a presença das principais empresas transnacionais do setor do tabaco — responsáveis por cerca de 40% da produção industrial no território (ETGES, 2005; CADONÁ, 2015). Além disso, o município é considerado um polo de desenvolvimento regional para o Vale do Rio Pardo, por possuir a

maior população e economia da região, e pela maior oferta de serviços públicos e regionais, como centros culturais, hospitais regionais, universidade etc. (PETRY; SILVEIRA, 2017).

Cabe destacar que o município concentra a maioria das indústrias de beneficiamento da folha de tabaco e produção de cigarros, fazendo com que a produção agrícola dos municípios vizinhos seja direcionada, quase que exclusivamente, para as cadeias produtivas locais. Etges (2001), ao discutir sobre o processo de globalização na região do Vale do Rio Pardo, relata que a produção de tabaco é essencialmente agrícola e realizada em diversos municípios no Sul do Brasil, porém, 80% do seu beneficiamento (preparação da folha para uso industrial) é realizado nos municípios de Vera Cruz, Venâncio Aires e, principalmente, Santa Cruz do Sul (ETGES, 2001, p. 8). A centralização deste beneficiamento e, conseqüentemente, a produção industrial necessária, se expressa na distribuição desigual da riqueza gerada pela agricultura, absorvida na forma de retorno fiscal (IPI, ICMS, PIS, CONFINS etc.) por estes quatro municípios. Esta dinâmica da cadeia produtiva do tabaco na região faz com que os municípios com maior grau de desenvolvimento industrial concentrem a riqueza produzida pelos demais, abrindo caminho para o monopólio industrial na região, encabeçado por empresas transnacionais presentes na região. A autora enfatiza ainda que, apesar de haver um crescimento econômico através da produção do tabaco, a região concentra alguns dos municípios mais pobres do estado do Rio Grande do Sul.

[...] trata-se de uma região que produz um dos principais produtos de exportação do Estado do Rio Grande do Sul e do país, que gera lucros fantásticos às empresas do setor, ao mesmo tempo em que tem contribuído, historicamente, de forma marcante, na arrecadação de impostos em nível nacional, na medida em que, em média, 66% do preço de uma carteira de cigarros corresponde a impostos, recolhidos aos cofres públicos. Cabe ressaltar, entretanto, que ao longo dos últimos anos aproximadamente 70% da produção do tabaco do sul do país vem sendo exportada, ou seja, não sofre incidência de impostos, mais um fator que tem contribuído para incrementar os lucros fantásticos das empresas do setor. (ETGES, 2001, p. 8).

A partir disso, ressalta-se que a compreensão sobre “desenvolvimento” não se limita às determinações econômicas de um território ou ao seu grau de produção de riqueza. No caso do Vale do Rio Pardo, nota-se que as mesmas empresas responsáveis por trazer “desenvolvimento” para os municípios, tornam-se concentradoras de um poder político, econômico e social que é também gerador de desigualdades na região. Milton Santos (2006) discute este fenômeno a partir da ideia de “gestão externa dos territórios”, onde as empresas passam a exercer poder determinante em um território ou região, condicionando o Estado (gestor oficial do território) a servir aos interesses destas empresas à medida em que avança a globalização da tecnologia e da economia (SANTOS, 2006, p. 164).

Assim, compreende-se que o desenvolvimento econômico do município de Santa Cruz do Sul traz consigo contradições inerentes à cadeia produtiva do tabaco. A maior parte da

riqueza produzida coletivamente, na região, mais especificamente pelos agricultores familiares, é majoritariamente transferida para fora do território através do lucro obtido por estas empresas transnacionais enfraquecendo a capacidade de desenvolvimento desse território... (ETGES, 2001; CADONÁ, 2015, COSTA, 2019).

É importante destacar que a produção de tabaco na região do Vale do Rio Pardo também faz parte de um contexto histórico de ocupação regional, marcado pelo assentamento de imigrantes germânicos na metade do século XIX. O acesso aos meios de produção, nesse caso, lotes de terras chamadas de colônias, permitiu um importante desenvolvimento econômico e cultural dessa população. Santa Cruz do Sul é um dos polos da imigração germânica no Brasil, com uma parcela significativa de sua população descendente destes imigrantes, muitos ligados à agricultura e ao plantio do tabaco por gerações. As marcas da tradição germânica estão expressas nos hinos, nas festas, na comida, na bandeira, na arquitetura, nos logradouros, no sotaque e no dia a dia de centenas de santa-cruzenses. Contudo, talvez a expressão mais evidente da imigração germânica no território seja na relação do povo com o trabalho e com a terra — uma história marcada pela exploração e subordinação ao capital estrangeiro.

Vogt (1994), em sua dissertação sobre a produção de fumo em Santa Cruz do Sul, afirma que “o colono produtor de fumo, ainda que detendo a posse dos meios objetivos e subjetivos da produção, sempre esteve subordinado às regras do capital que extorquiu e continua a lhe extrair sobretrabalho” (VOGT, 1994, p. 11). Na análise histórica sobre o município, o autor destaca que na formação da colônia alemã na região, em 1849, os imigrantes produtores de tabaco estavam subordinados aos comerciantes que intermediavam a venda e o transporte do fumo, e delimitavam o valor dos produtos, conforme seus interesses. A partir de 1917, se inicia a transferência da subordinação ao comerciante para as agroindústrias fumageiras, que a partir da segunda metade do século XX, já possuíam um sistema integrado de fumo, tornando a atividade agrícola em uma ramificação da cadeia industrial do tabaco (VOGT, 1994, p. 12 - 13).

Os plantadores começam a adquirir insumos provenientes da indústria e fornecem a matéria-prima diretamente para a agroindústria beneficiadora a que estão ligados, eliminando os intermediários. **A agroindústria passa a controlar cabalmente os estágios da produção e da comercialização da matéria-prima sem precisar se apropriar da terra e dos demais meios de produção.** Interfere na forma de produzir e no tempo da produção ao fornecer sementes, insumos, assistência técnica, adiantar meios para a construção de estufas para a secagem das folhas de tabaco, etc., com o intuito de obter a qualidade e a quantidade do produto desejado. (VOGT, 1994, p. 12, grifo nosso).

Esta dinâmica predatória, oriunda do século XIX e aperfeiçoada no século XX, se mantém na região e nas relações de compra e venda da matéria-prima produzida pelas famílias produtoras de tabaco até os dias atuais. A cadeia produtiva do fumo se utiliza da exploração da mão de obra da agricultura familiar e da acumulação do capital produzido na

região, para estabelecer sua hegemonia nos territórios. Este processo histórico (e contemporâneo) está diretamente relacionado com as estruturas políticas, sociais e culturais no meio rural, e mantém, entre outras determinações, relações explícitas com a superexploração do trabalho no campo.

Entende-se que o avanço do capitalismo no campo exigiu/exige um ritmo de produtividade que não condiz com a rotina e cultura dos agricultores da região do Vale do Rio Pardo, tampouco da agricultura familiar. A exigência constante para o aumento da produção e qualidade do fumo faz com que estes agricultores não consigam atingir as metas estabelecidas pela indústria e sofram, não apenas pela exploração do trabalho, mas pela herança cultural baseada na ética do trabalho (MENEGHEL; MOURA, 2018).

Por fim, destaca-se a dicotomia territorial entre as áreas urbanas e rurais de Santa Cruz do Sul, especialmente devido ao município ter uma economia alicerçada na atividade agrícola ao tempo em que mantém uma alta taxa de urbanização, se comparado aos municípios vizinhos. Em Santa Cruz do Sul, a taxa de urbanização cresceu 12,16% entre 2000 e 2010, chegando a 88,86% da população residindo em áreas urbanas; enquanto no sentido inverso, a população rural decresceu 4,78% no mesmo período, representando, atualmente, cerca de 11% dos residentes do município. Esta disparidade entre população rural e urbana é a maior entre os municípios do Vale do Rio Pardo, que possuem uma média de 40% da população em áreas rurais (PETRY; SILVEIRA, 2017, p. 366). No caso de Santa Cruz do Sul, a relação entre urbanização e desenvolvimento territorial se expressa nas determinações sobre a vida e bem-estar da população. Porém, neste trabalho, compreende-se que urbanização não é sinônimo de desenvolvimento, tampouco considera-se uma dinâmica relacional entre estas categorias.

No caso de Santa Cruz do Sul, a vinda das indústrias fumageiras e a decorrente urbanização do espaço, exigiu que o Poder Público investisse mais em políticas de infraestrutura, como: saneamento, calçamento, construção de escolas, creches, unidades de saúde, etc., nas áreas urbanas. No entanto, estes mesmos investimentos públicos não ocorrem (ou ocorrem em menor proporção) nas áreas rurais, ampliando a desigualdade entre a população rural e urbana do território e criando uma falsa dicotomia entre os diferentes espaços do território. Além disso, as empresas transnacionais se utilizam da infraestrutura promovida pelo Poder Público para aumentar sua produtividade, envolvendo, inclusive, empresas locais na prestação de serviços para a cadeia produtiva. Contudo, o crescimento econômico oriundo destas relações não se evidencia como desenvolvimento territorial, mas como um mecanismo que utiliza os recursos públicos para alavancar lucros das empresas, em detrimento da desigualdade social causada no território, especialmente no meio rural. O contrassenso está na própria dinâmica produtiva do tabaco, que se apropria da riqueza produzida no território, devolvendo apenas uma pequena parte desta riqueza através de

impostos, enquanto transfere a maior parte para o capital estrangeiro (COSTA, 2019; STAVIZKI JUNIOR, 2021).

Estas determinações repercutem fortemente na diversificação produtiva em áreas rurais do município, dado a influência do setor fumageiro nas cadeias produtivas do campo e na própria relação com os agricultores. Em consequência direta, as propriedades rurais voltadas à produção de tabaco possuem dificuldades em assumir a produção de outras culturas, como o plantio de alimentos, agroindústrias ou pecuária. Em alguns casos, as propriedades rurais assumem compromissos com o setor industrial que lhe impedem de produzir qualquer outro produto além do fumo, inclusive àqueles voltados às necessidades básicas da família.

No entanto, este cenário vem alterando-se a partir dos anos 2000, sobretudo pela organização de entidades, cooperativas e famílias de agricultores, que viram na produção de alimentos uma alternativa à superexploração do trabalho no campo. E este processo ampliou-se nos últimos anos, devido à desvalorização do tabaco e à entrada destas novas formas de organização e produção agrícola. Entende-se que, apesar de ainda haver certa dependência econômica do território com as indústrias fumageiras da região, a “monocultura do tabaco”, no sentido comercial da expressão, já não é a única alternativa. A produção de alimentos, antes mais restrita ao autoconsumo, torna-se, aos poucos, também uma possibilidade de renda.

As feiras de alimentos fazem parte deste processo de transição das propriedades para uma Diversificação Produtiva. Elas permitem que o excedente da produção seja comercializado, cobrindo os gastos de produção e gerando renda para a família. Mais do que isso, as feiras aproximam as populações urbanas dos agricultores, tornando-se um espaço para construção de vínculos e redes de comercialização.

Atualmente, a região do Vale do Rio Pardo conta com diferentes movimentos que contribuem para o desenvolvimento da Diversificação Produtiva no campo, como: a Articulação em Agroecologia no VRP (AAVRP), com 23 entidades parceiras; as Escolas da Família Agrícola, em Santa Cruz do Sul e Vale do Sol; um curso de Bacharelado em Agroecologia e uma Especialização em Agroecologia — cursos vinculados à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), inclusive com participação de Agricultores/as; além de mais de 150 agroindústrias familiares, seis cooperativas de agricultores familiares e mais de 30 feiras de alimentos da Agricultura Familiar na região.

Costa (2019) destaca a trajetória de construção destes espaços em sua tese sobre a Articulação em Agroecologia no Vale do Rio Pardo, destacando estes movimentos em prol da Diversificação Produtiva e construção de novos paradigmas na produção de alimentos como “Os espaços de Esperança”. Para o autor, esta relação de dependência entre a agricultura familiar e a indústria serve como uma barreira à diversificação agrícola, e dificulta a construção

de formas de produção alternativas no campo. Em contrapartida, a produção de alimentos, disputa espaços com o setor fumageiro, oferecendo aos agricultores um modelo de desenvolvimento de suas propriedades que não passa pela obrigatoriedade de compra e venda exigida pela indústria; mas uma parceria direta entre agricultores e consumidores (COSTA, 2019).

Assim, entende-se a necessidade de incentivar e qualificar a educação no campo, sobretudo para os trabalhadores da agricultura familiar que vivenciam as contradições expressas neste trabalho. A Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC), por exemplo, assume esta tarefa a partir de uma metodologia de ensino crítico, a qual será analisada no próximo item deste trabalho, destacando o modelo de formação de técnicos agrícolas e da criação de alternativas para o uso da terra em propriedades da agricultura familiar.

A Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC), a Pedagogia da Alternância e a Agroecologia.

Como vimos, o cultivo da folha de tabaco é a principal atividade econômica de Santa Cruz do Sul, e seu plantio sustenta uma das maiores cadeias agroindustriais para beneficiamento da folha de tabaco no Brasil e no mundo (CADONÁ, 2015). A produção de tabaco na região, além de seu aspecto econômico, está intrinsicamente relacionada à cultura germânica e sua inserção na região através dos processos históricos da colonização. A relação do território com a cultura do trabalho, herdada dos imigrantes alemães na região, se expressa na própria ‘identidade’ do território e em suas contradições (ETGES, 2001; 2005). Ademais, as determinações políticas desta cultura e a própria influência dos setores industriais do tabaco tornam a Região do Vale do Rio Pardo um palco de disputas de modelos alternativos de produção agrícola.

É neste contexto que surge a primeira Escola Família Agrícola da região sul do Brasil, inaugurada em 2009, no município de Santa Cruz do Sul, com o objetivo de oferecer aos jovens do campo, uma formação de Ensino Médio técnico, com foco na formação integral, humanizada e voltada para a liderança e o exercício da cidadania (EFASC, 2019). Costa (2012), em sua Dissertação em Desenvolvimento Regional, na qual descreve os primeiros passos para a criação da EFASC, relata que “a EFASC nasce frente a um debate forte no seu seio, disputada mesmo antes de existir, pois já era entendido naquele momento, em fins de 2008, o papel que teria uma escola nesses moldes” (COSTA, 2012, p. 84). O autor refere-se às correlações de força presentes na criação da EFASC, assumida por gestores públicos, representantes dos agricultores familiares, entidades e empresas do setor agrícola da região. A proposição de uma escola técnica, capaz de formar agricultores críticos e propositivos, dispostos a pensar sobre

o mundo do trabalho, não acontece de maneira simples e sem conflitos de ideias e de interesses.

Assim como outras EFAs existentes no Brasil desde o final da década de 1960, a EFASC tem na Pedagogia da Alternância um dos pilares fundamentais para a formação de seus alunos/as. Este modelo pedagógico baseia-se na vivência educativa, na qual os estudantes alternam períodos determinados de estadia na escola (meio escolar) e junto às suas famílias (meio sociofamiliar). No período de uma semana na escola (sessão escolar) possuem uma rotina destinada às aulas e atividades escolares.; alternadamente à sessão escolar, os estudantes retornam para suas famílias e comunidades por um período de uma semana (sessão familiar). Neste processo de alternância entre casa e escola, os estudantes são incentivados a aplicar os conhecimentos adquiridos na escola e aperfeiçoar práticas e pesquisas com suas famílias e comunidade local, gerando novas dúvidas a serem trazidas para a escola na semana seguinte. Através da Pedagogia da Alternância os estudantes ficam na escola em tempo integral para a sessão escolar e suas atividades acontecem nos três turnos, combinando aulas e experienciando a convivência comunitária e democrática.

Figura 1 - Registro de aula teórica na EFASC, 2019



Fonte: EFASC, 2019.

Essa compreensão de Educação busca favorecer a valorização do Campo como espaço de vida saudável e produção de alimentos, na contramão dos valores que fortalecem o êxodo rural dos jovens. (EFASC, 2019). A partir da Pedagogia da Alternância, os estudantes da EFASC têm a possibilidade de aplicar seus aprendizados já nas primeiras sessões de formação, desenvolvendo e estimulando uma participação conjunta aos seus familiares no planejamento e desenvolvimento das propriedades.

Destaca-se, ainda, a opção pedagógica da EFASC pela Agroecologia, através da produção orgânica de alimentos e do respeito ao solo, à água e à diversidade, como propostas alternativas de produção, visando estimular a reflexão crítica sobre as capacidades e potencialidades da Agricultura Familiar e do próprio uso da terra. Neste processo, o/a técnico/a agrícola em formação, tem a oportunidade de experienciar novas formas de produção e de trabalho no campo, ao tempo em que promove o compartilhamento de informações para seus familiares e comunidade. Ademais, este modelo de ensino tendo a promover o planejamento criativo da propriedade, favorecendo a diversificação produtiva.

Figura 2 - Visita às famílias – área experimental do estudante



Fonte: EFASC, 2019.

A abordagem pedagógica baseada na Agroecologia adotada pela EFASC, contrapõe-se ao modelo de desenvolvimento proposto pela chamada Modernização Agrícola, que é criador de inúmeras *desconexões*. Citando Ploeg (2008), Petersen (2013) retrata que a criação de desconexões passa a ser um conceito-chave para que o *modus operandi* do paradigma da modernização agrícola seja compreendido.

A primeira desconexão refere-se ao processo de inovação agrícola, atividade que passa a ser realizada de forma progressivamente *descontextualizada* dos locais em que seus artefatos tecnológicos são aplicados. Em um segundo plano, ocorre a *desterritorialização* da agricultura, que passa a ser cada vez mais governada por regras técnicas e econômicas exógenas. A terceira desconexão se dá com a ruptura nos processos de constituição histórica dos sistemas agrícolas: *o aqui e o agora* passam a ser estruturados a partir de projetos formulados sem nenhuma conectividade com o passado local e sem qualquer referência as perspectivas de futuro de seus agentes no médio ou longo prazo. (PETERSEN, 2013)

Ainda segundo o autor, esse nível de desconexão manifesta-se claramente quando analisamos os fluxos entre a produção e o consumo de alimentos no tempo e no espaço: o alimento produzido aqui e agora pode ser consumido do outro lado do planeta dentro de muitos meses, o que implica a necessidade de emprego intensivo de energia e produtos químicos entre a colheita e o consumo final para que ele seja processado, acondicionado e transportado.

É justamente em contraponto a essas desconexões, que estrategicamente a EFASC optou pela Agroecologia, uma ciência que visa reconectar a sociedade à natureza. Além disso, a partir da aplicação da perspectiva ecológica ao manejo de cultivos agrícolas, conforme Wezel e Soldat (2009), a Agroecologia ampliou sua mirada, passando a abordar as interações ecológicas entre subsistemas de produção no âmbito de um estabelecimento rural e, posteriormente, em uma escala ainda superior. Ou seja, a Agroecologia possibilita um olhar sobre as interações no âmbito dos sistemas agroalimentares (PETERSEN, 2013).

Foi com base nos princípios da Agroecologia e por meio da Pedagogia da Alternância que a EFASC criou a Feira Pedagógica. Trata-se de um instrumento pedagógico que possibilita aos jovens experimentar e compreender todo o processo agroalimentar. O ciclo inicia na implementação de áreas experimentais pelos estudantes junto às suas propriedades. É neste espaço que, durante a sessão familiar, eles desenvolvem as práticas trabalhadas durante a sessão escolar. Dessa forma, unem teoria e prática, gerando aprendizagens e novas dúvidas, em um processo dialético de construção do conhecimento. A Feira Pedagógica é a etapa final desse ciclo, quando o excedente produzido nas áreas experimentais é trazido para a escola e comercializado.

Nesse sentido, a construção de experimentos agroecológicos pelos jovens durante a sessão familiar, ligadas à produção de alimentos e a sua comercialização na Feira Pedagógica, permite também o convencimento da sua importância perante suas famílias, que, em alguns casos, possuem uma certa resistência inicial na diversificação da propriedade. A possibilidade de aumentar o diálogo, entre o jovem e sua família, entorno da organização produtiva e a possibilidade de uma fonte de renda alternativa também são gerados nesse processo.

A Feira Pedagógica e o comércio de alimentos orgânicos em Santa Cruz do Sul

A criação da Feira Pedagógica, em 2013, nasce como uma iniciativa para alcançar os objetivos da EFASC, estimulando e instrumentalizando os estudantes para a produção de alimentos orgânicos através da Agricultura Familiar. O objetivo central da proposta é que seus participantes se tornem “agentes de transformação em suas realidades” (EFASC, 2019), cumprindo um papel fundamental para a preservação da Agricultura Familiar no município de

Santa Cruz do Sul e na Região do Vale do Rio Pardo, criando alternativas de desenvolvimento mais autônomo, socialmente e ambientalmente comprometido.

A produção de alimentos sem agrotóxicos e com respeito às características naturais do solo é um dos pilares deste projeto, o que além de promover o pensamento crítico sobre o processo, contribui para a formação de agricultores conscientes sobre os benefícios da Agroecologia para a sociedade. Além do mais, a Feira Pedagógica auxilia os jovens agricultores a planejar e organizar a base comercial de suas propriedades, como um exercício pedagógico, previsto na metodologia de ensino da EFASC. Na prática, os estudantes acompanham os alimentos desde sua produção até a venda, tendo contato tanto com o trabalho prático como com a experiência comercial.

Figura 3 - Espaço reservado para a Feira Pedagógica e demonstração de alguns dos produtos agroecológicos comercializados



Fonte: EFASC, 2019.

Neste processo, o excedente da produção pedagógica e da produção familiar se transforma em mercadoria que gera renda e cria uma rede de comércio que vai da escola para a comunidade. Assim, a Feira Pedagógica contribui para aproximar a comunidade local aos alimentos agroecológicos e seus produtores. Através da Feira Pedagógica, são comercializados mais de 40 produtos alimentícios, como: compotas, doces, frutas, grãos, hortaliças, queijos e variados produtos agroindustriais. A comercialização e contato com os consumidores, conclui um ciclo que se inicia nas aulas, passa pela prática e se encerra no fornecimento de alimentos saudáveis, tendo como bônus o contato entre consumidor e jovem agricultor/a, gerando assim uma comercialização e um consumo em que as partes trocam, dialogam e se entendem sujeitos desse processo.

A participação dos/as estudantes na Feira é estimulada através das aulas, nas diferentes áreas do conhecimento contempladas pela Escola. O Plano de Formação da EFASC abrange, desde o primeiro ano, a realização de experiências de compostagem, biofertilizantes, adubação verde, entre outras técnicas e tecnologias de produção de alimentos orgânicos, tendo como propósito o exercício prático dos conceitos abordados em sala de aula. Ademais, o fomento à produção de alimentos visa conscientizar a comunidade escolar para a necessidade de garantir a soberania alimentar no meio rural, enfrentando a lógica produtivista instituída pela lógica capitalista no campo.

Na medida em que estas produções pedagógicas vão gerando como resultado um excedente de alimentos, os estudantes passam a ofertar os produtos na Feira, a partir de um planejamento integrado entre estudantes, monitores pedagógicos e as famílias. Assim, ao menos uma vez por semana, os estudantes se reúnem, sob coordenação de dois professores, para avaliar as Feiras realizadas e fazer o planejamento da produção, considerando as individualidades de cada família, em relação ao local de moradia, à mão de obra disponível, ao relevo, microclima, tipo de solo de cada propriedade, entre outras variáveis. Nesta reunião semanal, os estudantes também debatem sobre as demandas da Feira, analisam os resultados e projetam novas estratégias. Atualmente, um percentual de 5% de todo o faturamento é deixado em um fundo de reserva que é administrado pelos próprios estudantes para a compra dos materiais necessários à Feira (balança eletrônica, caixas para transporte, sacolas, etiquetas etc.). Em média, no ano de 2019, o valor total comercializado semanalmente corresponde a R\$1.000,00 e cada estudante recebe o valor referente aos seus produtos comercializados. Quando há excedentes, os alimentos são destinados à cozinha da EFASC, para serem preparados e consumidos por todos.

Desde o seu início, a Feira Pedagógica vem sendo realizada semanalmente, nas segundas-feiras, nas dependências da EFASC e conta com a participação de cerca de 30 estudantes. O público que frequenta a feira é basicamente formado por vizinhos da escola, geralmente pessoas que não visam apenas a aquisição de alimentos saudáveis, mas também optam pela Feira Pedagógica com o intuito de incentivar os jovens nesta produção. Isso fica evidente ao se observar a maneira como ocorrem as vendas, no diálogo estabelecido entre os consumidores e os estudantes.

A Feira Pedagógica também disponibiliza um canal de comunicação através das redes sociais (Facebook e WhatsApp) onde oferta os produtos disponíveis naquela semana, com uma lista de preços. Assim, a comunidade pode reservar os alimentos que pretende adquirir. O principal canal de comercialização nessa modalidade tem sido o grupo de WhatsApp exclusivo para professores e funcionários da UNISC, com cerca de 70 participantes, e que corresponde a pelo menos 50% de todo o faturamento da Feira. Este grupo vem ampliando a visibilidade da Feira Pedagógica, atraindo consumidores atentos à alimentação saudável e

dispostas a colaborar com o processo educativo dos jovens estudantes. Em função da distância da escola à universidade, professores que acompanham a Feira realizam a entrega dos produtos encomendados, em pontos pré-definidos junto ao Campus Central da UNISC.

Um dos principais desafios enfrentados pela Feira Pedagógica está relacionado ao transporte dos produtos pelos estudantes. Isso porque muitos deles se deslocam de ônibus e precisam trazer todo o material para permanecer durante uma semana de sessão escolar na EFASC. Dessa forma, não conseguem trazer uma quantidade expressiva de produtos, a não ser que sejam trazidos pelos pais com transporte próprio. De certa forma, esse fator acaba restringindo a participação de alguns estudantes. Os demais desafios estão relacionados ao planejamento adequado da produção, aos conflitos decorrentes de um trabalho realizado de maneira coletiva, ao padrão de qualidade dos alimentos produzidos, à dinâmica de preços e distribuição dos valores devidos para cada “produtor”, entre outras questões que fazem parte de qualquer organização semelhante e que, exatamente por esse motivo, fazem da Feira um excelente Instrumento Pedagógico da EFASC. Afinal, todos estes desafios se transformam em aprendizagem, dentro e fora da sala de aula.

Os novos desafios da Feira Pedagógica diante dos impactos da pandemia de COVID-19

Como foi visto, a Feira Pedagógica da EFASC iniciou a partir de uma pequena experiência em 2013 e foi se constituindo gradativamente como um instrumento pedagógico fundamental dentro da estratégia da EFASC para desenvolver a formação agroecológica com seus estudantes. Nesse processo, que envolve não apenas os estudantes, mas professores e também os consumidores, foi possível construir uma metodologia que funcionou muito bem até o início de 2020. Porém, com a paralisação das atividades presenciais da EFASC desde março de 2020, a Feira Pedagógica consequentemente também foi interrompida.

Devido ao isolamento social imposto pela Pandemia, a EFASC adotou algumas alternativas para garantir o prosseguimento das suas ações pedagógicas junto aos estudantes. Além de atividades e aulas remotas pela internet, um grupo de estudantes resolveu aceitar um novo desafio: se organizar para produzir e comercializar alimentos livres de agrotóxicos, oriundos de suas áreas experimentais, nas suas propriedades familiares.

A ideia surgiu de uma parceria entre a EFASC e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, pelo Projeto Extensionismo Agroecológico: Criação de um grupo de jovens estudantes e egressos da EFASC ligados à Feira Pedagógica. Essa parceria com a UERGS proporcionou a cedência de dois bolsistas, estudantes do Bacharelado em Agroecologia UERGS/AGEFA, ambos também egressos da EFASC e responsáveis por assessorar o grupo, sob coordenação de dois monitores da EFASC.

O grupo passou a se reunir virtualmente em agosto de 2020, quando foi feito um levantamento dos produtos disponíveis nas áreas experimentais dos estudantes e que já poderiam ser comercializados. Formado por estudantes das 3 séries do Ensino Médio/Técnico em Agricultura, o grupo reúne estudantes que residem em comunidades mais próximas à EFASC, devido à facilidade de logística.

O próximo passo foi encontrar uma parceria para comercialização, que ocorreu logo em setembro de 2020, por intermédio da Mitra Diocesana de Santa Cruz do Sul. A ideia foi aproximar os jovens produtores de alimentos da EFASC com as famílias em situação de vulnerabilidade atendidas pela Mitra, contempladas com cestas básicas. Já na primeira entrega, foram comercializados cerca de 350 kg de hortaliças, frutas, mandioca e batata-doce. A logística foi organizada pelos bolsistas da UERGS, percorrendo um roteiro em todas as propriedades dos estudantes, seguindo todos os protocolos de segurança necessários. Para cobrir os custos do transporte e emissão de nota fiscal, o grupo definiu um percentual a ser descontado de cada venda, ressaltando o caráter pedagógico da ação, que, além da questão agrícola, contempla também a organização, administração e a contabilidade das vendas, justamente os mesmos princípios desenvolvidos pela Feira Pedagógica.

Dessa forma, mais um canal de comercialização vem sendo criado pela juventude, relacionando estudo, com produção de alimentos, bem como a comercialização desses, numa lógica da promoção de saúde, haja visto, que todos os alimentos produzidos pelo grupo são livres de agrotóxicos. Embora ainda em fase experimental, o Grupo de Produção Feira Pedagógica já demonstra a possibilidade de mais um espaço de compras de alimentos, diretamente da Agricultura Familiar Camponesa regional, na medida em que outros grupos como essa podem ser organizados.

Considerações Finais

A Feira Pedagógica, assim como outras estratégias pedagógicas da EFASC, contribui para a valorização da população do campo, em especial os jovens agricultores. Neste processo, além de promover a melhoria na qualidade de vida, trazendo renda e dinamismo para a Agricultura Familiar, a Escola também possibilita aos jovens conhecerem e compreenderem o campo como um espaço de vida e profissionalmente viável, fornecendo os conhecimentos e as ferramentas necessárias para se manterem na atividade agrícola. Isto se confirma quando observado o envolvimento dos egressos após saírem da Escola, no qual a grande maioria permanece trabalhando com a Agricultura Familiar nos seus mais variados setores.

Os produtos vendidos na Feira Pedagógica EFASC seguem preceitos da Agroecologia, mesmo que não possuam a certificação de alimentos agroecológicos. Apesar disso, a relação de confiança estabelecida entre os estudantes, a EFASC e os consumidores auxiliam a atestar

a qualidade dos produtos e a fomentar o comércio de alimentos orgânicos. Ainda no intuito de favorecer as relações de confiança entre os estudantes/produtores e os consumidores, foi adotado um sistema de etiquetagem dos produtos, que fornece informações com o nome do estudante/produtor, a localidade, o nome do produto e o preço.

Sabe-se que os valores comercializados, quando divididos entre todos os cerca de 30 estudantes que comercializam seus produtos em cada Feira, não são capazes de atingir volumes expressivos, a ponto de caracterizar uma relevância econômica como fonte de renda principal das famílias. Contudo, mesmo a significância econômica da iniciativa sendo pequena, a Feira Pedagógica tem um valor de formação importantíssimo, sendo em muitos casos, a primeira experiência de produção e comercialização de alimentos destes estudantes, e que a partir dessa experiência, já conseguem envolver a família nesse processo, antes desacreditados no tema e na viabilidade da diversificação da renda na propriedade.

A Feira Pedagógica também serve como incentivo para jovens que hoje, como egressos, seguem em atividades profissionais como agricultores feirantes. Um exemplo bastante consolidado é o da Feira Jovem de Boa Vista, grupo surgido como consequência da experiência adquirida na escola e atualmente composto por 8 egressos da EFASC. O Grupo Feira Jovem comercializa seus produtos agroecológicos todos os sábados, nos mesmos moldes da Feira Pedagógica. Além disso, os jovens decidiram se associar a ECOVALE, cooperativa de agricultores ecológicos que é assessorada pelo CAPA (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia), constituindo assim outros canais de comercialização de seus produtos. Os planos futuros é ampliar e qualificar a Feira, seja na ampliação dos horários de funcionamento, melhorias na estrutura, logística e na diversidade de produtos.

A experiência relatada neste trabalho é um importante exemplo de Educação no Campo e Desenvolvimento Regional, através de práticas produtivas sustentáveis e comunitárias. O comércio de alimentos e a valorização da Agricultura Familiar, é uma das estratégias de enfrentamento à precarização do trabalho e condições de vida no meio rural. O projeto da Feira Pedagógica, que completa sete anos em 2021 demonstra suas potencialidades e impacto regional, especialmente por auxiliar na preservação do tecido sociocultural da área rural, promovendo o abastecimento de alimentos ecológicos e saudáveis nas áreas urbanas.

Referências

APL de Agroindústria e Alimentos da Agricultura Familiar do VRP – APL/VRP. **Website**. 2019. Disponível em: <<https://www.aplvrp.com.br/>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

CADONÁ, Marco André. A indústria fumageira e o mercado de trabalho de Santa Cruz do Sul-RS. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, 3 (1), p. 205-221, outono de 2015.

COSTA, João Paulo Reis. A articulação em agroecologia do Vale do Rio Pardo (AAVRP/RS): A agroecologia como possibilidade de existência e resistência na construção de Espaços de Esperança na região do Vale do Rio Pardo. 2019. 237 f. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Regional). UNISC; Santa Cruz do Sul. 2019.

COSTA, João Paulo Reis. Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul – EFASC: uma contribuição ao desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo a partir da pedagogia da alternância. 2012. 226 f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Regional). UNISC; Santa Cruz do Sul. 2012.

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE SANTA CRUZ DO SUL - EFASC (Santa Cruz do Sul). **FunPage**. 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/efasantacruz/>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

ETGES, Virginia Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário e SILVEIRA, Rogério. **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2001.

ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. Santa Cruz do Sul: **Redes**, v. 10, n. 3. set./dez. 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@Santa Cruz do Sul**. Brasília: 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-cruz-do-sul/panorama>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MENEGHEL, Stela Nazareth; MOURA, Rosylaine. Suicídio, cultura e trabalho em município de colonização alemã no sul do Brasil. Botucatu: **Interface** (Botucatu), v. 22, n. 67, p. 1135-1146, dez. 2018.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIEDERLE, Paulo André. ALMEIDA, Luciano. VEZZANI, Fabiane Machado (org.) **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. 393 p.

PETRY, Heitor Álvaro; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Plano estratégico de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo (2015-2030)**. [recurso eletrônico]; Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2017, 408 p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4 ed. 2006.

STAVIZKI JUNIOR, Carlos. Repertórios de ação coletiva e políticas públicas: uma análise a partir da construção da política de prevenção ao suicídio no município de Santa Cruz do Sul (RS). 2021. 249 f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Regional). UNISC. Santa Cruz do Sul. 2021.

VOGT, Olgário Paulo. A produção de Fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849 - 1993). **Dissertação** (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

Sobre os autores:

Carlos Stavizki Junior é Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Regional no PPGDR da Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC. E.mail: Carlos_Stavizki@hotmail.com

João Paulo Reis Costa é Doutor em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR da UNISC, docente do Bacharelado em Agroecologia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul-UERGS, coordenador institucional e docente da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul-EFASC. E-mail: joao@efasc.org

Antonio Carlos Gomes é Mestre em Desenvolvimento Regional (2014) e Bacharel em Serviço Social (2004), ambos pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Monitor/professor da área de Ciências Humanas e Sociais na Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul e membro da coordenação da escola. Email: antoniogomesrs@gmail.com

Wandoir Sehn é Mestrando em Desenvolvimento Regional no PPGDR da Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC. E.mail: wandoir@mx2.unisc.br